



**Aprovado o Arcabouço Fiscal: o governo Lula/Alckmin protege os parasitas da dívida pública, à custa dos cortes na Educação, Saúde e outros serviços sociais**

## É preciso unificar as reivindicações e movimentos numa só luta contra os capitalistas e seus governos!

A política econômica do governo Lula está concentrada no Arcabouço Fiscal. Isso é uma garantia aos parasitas da dívida pública, de que seus ganhos estarão garantidos por cima das necessidades das massas. No governo Temer, em 2017, aprovaram o Teto de Gastos, que já determinava que o governo só poderia gastar a mesma coisa que gastou no ano anterior, corrigido pela inflação. Isso também servia para proteger o parasitismo do capital financeiro. Agora, a coisa é pior: o governo só poderá gastar 70% daquilo que aumentar a arrecadação de impostos. Ou, entre 0,6% e 2,5% a mais, se esse total estiver acima da inflação do ano. Conclusão: o governo terá de gastar sempre menos do que arrecada em impostos. Se não estiver conseguindo sustentar o parasitismo como promete, terá de realizar cortes (chamados de "contingenciamentos") em Saúde, Educação, Moradia, investimentos, contratações e reajustes de salários ao funcionalismo.

Quem pagará a conta? A maioria nacional oprimida. O governo federal, no Brasil, é o maior investidor na economia. Se não puder investir, o país não sairá da estagnação econômica. O resultado serão menos empregos e salários mais baixos. Se não puder contratar, nem reajustar salários do funcionalismo, os serviços sociais prestados ficarão cada vez piores. Se cortar gastos com a educação e a saúde, esses serviços ficarão em condições ainda piores do que já estão.

As direções das organizações das massas (Centrais sindicais, sindicatos, etc.) apoiaram a aprovação do Arcabouço Fiscal, apesar de fazerem críticas secundárias. Isso mostra como elas estão subordinadas ao governo Lula, que ajudaram a eleger, e participam em ministérios. Aí aparece um choque de interesses: ou apoiam o governo e sua política econômica, que ataca as massas; ou apoiam as reivindicações das massas e se chocam com o governo. Escolheram apoiar o governo e colabo-

rar com os ataques sobre as massas.

Sem uma oposição de massas, o governo Lula (e a frente ampla burguesa que o sustenta) vai mostrando sua cara: salário mínimo de fome, imposto de renda mantido para a maioria, aprovação do Marco Temporal (que acaba com as demarcações de terras indígenas e protege os grileiros, madeireiros, garimpeiros, etc.), esvaziamento dos ministérios do meio ambiente e dos povos indígenas, condenação das ocupações de terra do MST.

Enquanto isso, os patrões continuam arrochando salários, fechando fábricas, demitindo, eliminando empregos, precarizando cada vez mais o trabalho assalariado. A alta geral dos preços continua corroendo o poder de compra dos salários, mesmo que a carne e a gasolina tenham baixado um pouco. E os reajustes salariais não acompanham essa alta geral. O desemprego e a falta de moradia arrastam cada vez mais famílias para as ruas.

Ao contrário do que pregam as direções sindicais governistas, nenhuma solução para esses problemas virá do governo, do parlamento ou da justiça, todos manejados pelos capitalistas, de dentro e de fora do país. A solução desses problemas deve ser tomada pelos oprimidos nas suas próprias mãos. Unificando as reivindicações numa plataforma única de luta. Organizando os movimentos ao redor dessas reivindicações, com independência de classe diante de todos os governos, e dos capitalistas, seus partidos e instituições. Exigindo a convocação das assembleias de base, e o direito de fala nelas, para quem quiser apresentar uma proposta diferente daquela da direção. Usando os métodos próprios da luta de classes (greves, manifestações, ocupações, bloqueios de prédios, avenidas e estradas). É por esse caminho que as massas poderão avançar em direção à tomada do poder por meio da revolução proletária. ■

## Câmara dos Deputados aprova o Marco Temporal; protestos indígenas são reprimidos pela polícia, cão de guarda da burguesia

A Câmara dos Deputados aprovou o PL 490/07, o chamado Marco Temporal, que estabelece que as demarcações das terras indígenas serão tão somente aquelas em que se prove que ali habitavam indígenas até 1988. Essa medida é considerada inconstitucional até por

alguns parlamentares burgueses, e tem por objetivo dar segurança jurídica (leia-se impunidade) a todos os negócios, usurpações, invasões, grilagens, queimadas, derrubada de árvores, garimpagens, etc., feitas em terras indígenas ainda não demarcadas.

Esse projeto de lei vem sendo discutido entre os parlamentares desde 2007, e já teve avaliação pelo STF adiada pelo menos por 5 vezes. Num novo julgamento, o ministro bolsonarista André Mendonça pediu vista e adiou sua votação por mais 3 meses. Se antes, o então ministro

de Bolsonaro, Ricardo Salles, falava em “passar a boiada”, este PL permitirá passar também os tratores, motosserras, e tudo o mais que os capitalistas desejarem nas terras indígenas “não demarcadas” desde 1988. Os deputados deram uma mensagem clara ao governo: acima do falatório sobre a defesa dos indígenas e meio ambiente, estão os interesses econômicos dos capitalistas.

Os indígenas têm buscado o caminho da mobilização e o apoio dos assalariados para sua reivindicação de derrubada do Marco

Temporal. Em São Paulo, a Rodovia dos Bandeirantes chegou a ser paralisada por horas, por meio de um protesto. A ação da Polícia Militar do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos – apoiado por Bolsonaro) foi a de desobstruir a pista, por meio da repressão: bombas, gás pimenta, balas de borracha, perseguição aos indígenas. E foi ainda além: cerco ao local indígena, com controle de acesso e saída das pessoas; entrada e ataque contra a escola infantil, com os mesmos apetrechos descritos acima.

## ***É a unidade na luta que pode enfrentar os patrões e garantir os empregos, não as negociatas e a conciliação de classes***

Nos últimos anos, houve fechamento de fábricas na região do ABC, e redução de turnos de trabalho nas montadoras que, por décadas, empregaram dezenas de milhares de operários.

Em 2019, a Ford fechou a fábrica em São Bernardo do Campo, deixando mais de 2 mil operários sem local de trabalho. Nos anos seguintes, a Ford demitiu, em Camaçari-BA, Taubaté-SP e Horizonte-CE, deixando sem trabalho, aproximadamente, 15.000 empregados de outros ramos da economia local, das três cidades diretamente envolvidas.

A Toyota anunciou, em 2022, que iniciaria a transferência da sua operação industrial de São Bernardo do Campo, gradualmente, até novembro deste ano, para cidades do interior de São Paulo. Foi oferecida para os operários, a continuidade do contrato de trabalho nas fábricas do interior, ou a demissão. Na primeira quinzena de maio, 700 operários da Bridgestone foram informados em assembleia que serão demitidos, pois, a fábrica de Santo André anunciou o fim da produção de pneus para veículos de passeio no local. A direção do Sintrabor (sindicato dos trabalhadores da indústria de borracha da Grande São Paulo) negocia com a empresa alternativas para evitar demissões em massa, citando a aplicação de layout off, PDV... Estima também que, até o final deste ano, a mudança vai impactar no corte de 25 mil postos de trabalho, em toda a cadeia produtiva da indústria de borracha, que envolve a produção.

A montadora Mercedes Benz, em São Bernardo, também vai reduzir a produção, adotando turno único na unidade a partir de maio, e muitos operários estão em lay off, tendo suspensão temporária do contrato e diminuição de salário e jornada de trabalho.

O que chama a atenção nas demissões em massa nas empresas é a aplicação de negociações que resultam em mais demissões, as direções dos sindicatos comandadas por CUT e Força Sindical não aplicam os métodos da classe, que é a greve em unidade com todos os setores que são prejudicados com o fechamento de postos de trabalho.

Enquanto as direções negociam as demissões e o fechamento de fábricas, ou medidas que levam a elas, os operários vão perdendo a única fonte de sustento de si e de suas famílias. É preciso organizar a resistência contra os ataques patronais ao emprego e salários. A ocupação das fábricas e o controle operário da produção são meios de defender os empregos, juntamente com a unificação das lutas de todos os setores. A convocação de assembleias gerais, com a mais ampla democracia operária (direito de fala e defesa de propostas a todos que pedirem) é o primeiro passo para organizar a unificação dessas lutas.

Em nova manifestação no dia 4 de junho, os indígenas convocaram os movimentos sociais para apoiá-los. A força necessária para derrotar os capitalistas vem da unidade das massas em luta, em particular, o proletariado.

O PPRI apoia a luta dos indígenas como uma luta que é parte das reivindicações dos explorados contra os exploradores. Abaixo o Marco Temporal! Pela demarcação efetiva das terras indígenas! Fora com os madeireiros, grileiros, garimpeiros, pecuaristas e agronegócio das terras indígenas!

## **DEFENDER OS EMPREGOS E IMPOR A ESTATIZAÇÃO DA AVIBRAS COM A LUTA UNITÁRIA E RADICALIZADA DA CLASSE OPERÁRIA!**

Uma comissão de operários da Avibras foram a Brasília em 9 de maio a pedir do governo que estatize a empresa e defenda 1,4 mil empregos ameaçados pela sua privatização. Como aconteceu a Embraer, a privatização da Avibras significa entregar aos monopólios imperialistas um setor de tecnologia de ponta e destruição da indústria de base criada por décadas de investimentos estatais, mais desemprego e maior submissão ao imperialismo.

O governo burguês de Lula/Alckmin não irá atender as reivindicações dos operários da Avibras, e sim os do capital financeiro. A estatização e defesa dos empregos será imposta pela luta organizada e radicalizada das bases operárias. Mas, obrigar o governo a negociar nas condições impostas pelos próprios trabalhadores e assim ter mais força, se deve convocar a assembleias gerais de todos os sindicatos da região. Com a força e a ação coletivas é que se imporá ao governo a manutenção da empresa estatal e os empregos.